



Julho/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'D', Tipo 005

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, considere os textos I e II apresentados a seguir.

Texto I**Não despertemos o leitor**

Os leitores são, por natureza, dorminhocos. Gostam de ler dormindo.

Autor que os queira conservar não deve ministrar-lhes o mínimo susto. Apenas as eternas frases feitas.

"A vida é um fardo" – isto, por exemplo, pode-se repetir sempre. E acrescentar impunemente: "disse Bias". Bias não faz mal a ninguém, como aliás os outros seis sábios da Grécia, pois todos os sete, como há vinte séculos já se queixava Plutarco, eram uns verdadeiros chatos. Isto para ele, Plutarco. Mas, para o grego comum da época, devia ser a delícia e a tábua de salvação das conversas.

Pois não é mesmo tão bom falar e pensar sem esforço? O lugar-comum é a base da sociedade, a sua política, a sua filosofia, a segurança das instituições. Ninguém é levado a sério com ideias originais.

Já não é a primeira vez, por exemplo, que um figurão qualquer declara em entrevista:

"O Brasil não fugirá ao seu destino histórico!"

O êxito da tirada, a julgar pelo destaque que lhe dá a imprensa, é sempre infalível, embora o leitor semidesperto possa desconfiar que isso não quer dizer coisa alguma, pois nada foge ao seu destino histórico, seja um Império que desaba ou uma barata esmagada.

(Mario Quintana. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. v. único. p. 275-276)

Texto II

Clichês são expressões tão utilizadas e repetidas que se desgastaram e se afastaram de seu significado original. Essa espécie de "preguiça linguística" que poupa esforços, inibe a reflexão e multiplica a passividade entre interlocutor e receptor, permeia todos os níveis da linguagem, da conversa de elevador aos discursos políticos, passando, obviamente, pela mídia. Ao usar clichês como muletas do discurso, o texto certamente flui com facilidade – a linguagem, porém, empobrece.

O clichê nasce como uma ideia criativa, mas é repetida à exaustão e se transforma em um cacoeete. Ele está inserido num contexto que a gíria nunca alcança e o provérbio sempre ultrapassa – a gíria pressupõe vitalidade e o provérbio, ao contrário, já nasce cristalizado. Entre os chavões mais comuns estão as locuções e combinações invariáveis de palavras (sempre as mesmas, na mesma ordem), como "frio e calculista", "mentira deslavada" e "chuva torrencial". Esse tipo de clichê está presente na linguagem falada e escrita, seja formal ou informal.

O desconforto em relação ao uso de clichês está na denotação de falta de originalidade, exigindo um mínimo de produção e de interpretação. Por outro lado, os clichês presentes em um texto, um filme ou uma conversa apenas são entendidos como tal se os interlocutores tiverem referências em comum. A tensão entre a necessidade de ser entendido e a vontade de fazê-lo com expedientes criativos e originais pode levar, num extremo, à adoção de uma linguagem privada e ininteligível.

Segundo o psicanalista e sociólogo alemão Alfred Lorenzer, o indivíduo se afasta da interação social por conta do uso de palavras-chave, que ele emprega sem pensar no que significam e que recebe e repassa como moeda de mercado. A escassez de significado que marca o clichê representa o empobrecimento da linguagem e, por consequência, a incapacidade de interpretar e criticar o mundo sensível dos fatos.

Em outra visão, o sociólogo Anton C. Zijderveld defende que "A vida social cotidiana é uma realidade impregnada por convenções e este fato prosaico constitui a própria base da ordem social. (...) Sem clichês, a sociedade degeneraria num estranho caos".

(Adaptado de Tatiana Napoli. **Língua portuguesa**. São Paulo: escala educacional, nº 17. p. 48-51)

1. Ambos os textos

- (A) realçam a importância da opinião de certas pessoas, tal como a do "figurão" no texto I, ou a dos especialistas que foram citados, no texto II.
- (B) apontam o sucesso incontestável das frases pronunciadas por pessoas de prestígio, seja nos tempos antigos, seja na atualidade.
- (C) se aproximam quando se referem a um eventual leitor, que pode estar sonolento ao ler uma obra, e a um autor que, por ser original, se torna incompreensível.
- (D) estabelecem uma situação paralela de compreensão mútua entre autor e leitor, no texto I, e entre interlocutor e receptor, no texto II.
- (E) são concordes quanto ao fato de que o lugar-comum dispensa maior elaboração, quer da parte de quem o repete, quer da parte de quem o lê ou ouve.

2. Fica claro, no texto II, que os clichês

- (A) se estruturam na linguagem cotidiana pela facilidade de entendimento, mas geram desconforto nos escritores, necessariamente originais e criativos.
- (B) se criam e se mantêm dentro de um universo de referências comuns aos interlocutores, no momento do ato comunicativo.
- (C) podem ser a fórmula ideal para garantir o sucesso literário de um escritor, pois é necessário que ele seja facilmente entendido pelos leitores.
- (D) resultam em desconforto para quem fala e também para quem ouve, porque algumas vezes impossibilitam uma perfeita comunicação entre ambos.
- (E) são convenções que, por serem originais desde o início, se estabelecem na linguagem, embora nem sempre se estabeleça a comunicação entre os interlocutores.



3. O 4º parágrafo do texto II justifica a afirmativa de que
- (A) o clichê é uma expressão desgastada, que denota dificuldade de pensamento crítico.
- (B) a incapacidade de interpretar os fatos cotidianos degenera em desordem social.
- (C) as frases feitas nem sempre traduzem fielmente as imagens criadas por um escritor.
- (D) o lugar-comum pode, em determinados contextos, assegurar a interação social.
- (E) os chavões, devido à combinação invariável de palavras, logram êxito na linguagem.
-
4. O sentido do último parágrafo do texto II aproxima-se, no texto I, da afirmativa:
- (A) *Mas, para o grego comum da época, devia ser a delícia e a tábua de salvação das conversas.*
- (B) *O lugar-comum é a base da sociedade, a sua política, a sua filosofia, a segurança das instituições.*
- (C) *Os leitores são, por natureza, dorminhocos.*
- (D) *Apenas as eternas frases feitas.*
- (E) *Bias não faz mal a ninguém, como aliás os outros seis sábios da Grécia ...*
-
5. De acordo com o texto II, *clichê, gíria e provérbio*
- (A) cristalizam pensamentos que se fixaram e se desgastaram pelo uso convencional ao longo do tempo.
- (B) resultam de transformações no idioma em consequência do emprego reiterado em textos formais ou informais.
- (C) podem, eventualmente, confundir-se, como fórmulas prontas de fácil compreensão de leitura.
- (D) se diferenciam por sua própria história, em sua origem e na formação de seu sentido particular.
- (E) constituem marcas de originalidade em um discurso até mesmo por vezes pouco compreensível.
-
6. Identifica-se noção de causa (1) e consequência (2), respectivamente, entre os segmentos do texto II:
- (A) 1. *Ele está inserido num contexto*
2. *que a gíria nunca alcança e o provérbio sempre ultrapassa.*
- (B) 1. *O desconforto em relação ao uso de clichês está na denotação de falta de originalidade*
2. *exigindo um mínimo de produção e de interpretação.*
- (C) 1. *são expressões tão utilizadas e repetidas*
2. *que se desgastaram e se afastaram de seu significado original.*
- (D) 1. *inibe a reflexão*
2. *e multiplica a passividade entre interlocutor e receptor.*
- (E) 1. *O clichê nasce como uma ideia criativa*
2. *mas é repetida à exaustão e se transforma em um cacete.*
-
7. – *a linguagem, porém, empobrece.* (1º parágrafo – texto II)
- O segmento isolado pelo travessão indica, no contexto,
- (A) afirmativa que restringe o que foi dito anteriormente no período.
- (B) ressalva a todo o desenvolvimento do parágrafo.
- (C) repetição insistente da afirmativa inicial do texto.
- (D) explicação redundante da expressão *muletas do discurso*.
- (E) comentário desnecessário, cujo sentido está implícito no parágrafo.
-
8. *Pois não é mesmo tão bom falar e pensar sem esforço?* (4º parágrafo – texto I)
- A questão acima encontra, no texto II, observação de sentido idêntico no segmento:
- (A) *O desconforto em relação ao uso de clichês está na denotação de falta de originalidade...*
- (B) *Por outro lado, os clichês presentes em um texto, um filme ou uma conversa apenas são entendidos como tal se os interlocutores tiverem referências em comum.*
- (C) *Essa espécie de "preguiça linguística" que poupa esforços, inibe a reflexão e multiplica a passividade entre interlocutor e receptor, permeia todos os níveis da linguagem ...*
- (D) *O clichê nasce como uma ideia criativa, mas é repetida à exaustão e se transforma em um cacete.*
- (E) *Entre os chavões mais comuns estão as locuções e combinações invariáveis de palavras (sempre as mesmas, na mesma ordem), como "frio e calculista", "mentira deslavada" e "chuva torrencial".*
-
9. O pensamento dos especialistas citados nos dois últimos parágrafos do texto II está sintetizado, respectivamente, nas expressões:
- (A) ausência de valores – manutenção de um contexto comum de referências
- (B) exemplo de banalidade – maneira de garantir a compreensão da realidade
- (C) falta de originalidade – pobreza de recursos que permitam intensa vida social
- (D) incapacidade crítica – fixação de sentidos que favorece o convívio social
- (E) capacidade de síntese – ausência de originalidade nas relações cotidianas



10. A afirmativa do texto I empregada com sentido conotativo é:

- (A) *Apenas as eternas frases feitas.*
- (B) *Bias não faz mal a ninguém...*
- (C) *Ninguém é levado a sério com ideias originais.*
- (D) *"A vida é um fardo"...*
- (E) *Gostam de ler dormindo.*

Matemática

11. Um criptograma aritmético é um esquema operatório codificado, em que cada letra corresponde a um único algarismo do sistema decimal de numeração.

Considere que o segredo de um cofre é um número formado pelas letras que compõem a palavra MOON, que pode ser obtido decodificando-se o seguinte criptograma:

$$(IN)^2 = MOON$$

Sabendo que tal segredo é um número maior que 5 000, então a soma $M + O + O + N$ é igual a

- (A) 16
- (B) 19
- (C) 25
- (D) 28
- (E) 31

12. Do total de projetos que estavam em um arquivo, sabe-se que: $\frac{2}{5}$ deveriam ser analisados e $\frac{4}{7}$ referiam-se ao atendimento ao público interno. Com essa informação, é correto concluir que o total de projetos existentes nesse arquivo NUNCA poderia ser um número compreendido entre

- (A) 10 e 50.
- (B) 60 e 100.
- (C) 110 e 160.
- (D) 150 e 170.
- (E) 180 e 220.

13. No arquivo morto de um setor de uma Repartição Pública há algumas prateleiras vazias, onde deverão ser acomodados todos os processos de um lote. Sabe-se que, se forem colocados 8 processos por prateleira, sobrarão apenas 9 processos, que serão acomodados na única prateleira restante. Entretanto, se forem colocados 13 processos por prateleira, uma das duas prateleiras restantes ficará vazia e a outra acomodará apenas 2 processos. Nessas condições, é correto afirmar que o total de processos do lote é um número

- (A) quadrado perfeito.
- (B) primo.
- (C) par.
- (D) divisível por 5.
- (E) múltiplo de 3.

14. Certo dia, Matilda e Neto, funcionários de um setor do Tribunal Regional do Trabalho, receberam, cada um, um lote de documentos para análise e emissão de pareceres. Sabe-se que:

- os dois lotes tinham iguais quantidades de documentos;
- Matilda gastou 2 horas e 15 minutos para examinar todos os documentos de seu lote;
- nesse dia, na execução de suas respectivas tarefas, a capacidade operacional de Neto foi 80% da de Matilda.

Com base nessas informações e considerando que ambos iniciaram suas respectivas tarefas quando eram decorridos $\frac{31}{72}$ do dia e trabalharam ininterruptamente até concluí-las, então Neto completou a análise e a emissão de pareceres dos documentos do seu lote às

- (A) 13 horas, 18 minutos e 30 segundos.
- (B) 13 horas, 40 minutos e 15 segundos.
- (C) 12 horas, 20 minutos e 15 segundos.
- (D) 12 horas, 48 minutos e 30 segundos.
- (E) 13 horas, 8 minutos e 45 segundos.



15. Um comerciante comprou certo artigo com um desconto de 20% sobre o preço de tabela. Em sua loja, ele fixou um preço para tal artigo, de modo a poder vendê-lo dando aos clientes um desconto de 25% e a obter um lucro de 40% sobre o preço fixado. Nessas condições, sabendo que pela compra de uma unidade desse artigo um cliente terá que desembolsar R\$ 42,00, o seu preço de tabela é
- (A) R\$ 20,00
(B) R\$ 24,50
(C) R\$ 30,00
(D) R\$ 32,50
(E) R\$ 35,00
16. Ao concorrer à licitação na modalidade Pregão, é contratada a empresa que oferecer o menor preço pelos seus serviços. Sabe-se que, das empresas cadastradas para concorrer à licitação em tal modalidade, para a contratação de empresa especializada para fornecimento de doses de vacina contra a gripe, apenas três (X, Y e Z) foram julgadas habilitadas a participar da fase de lances. Encerrado o Pregão, com relação aos três últimos lances feitos para o valor da dose da vacina, observou-se que:
- valor do lance de X excedia o de Y em R\$ 1,46;
 - a razão entre o valor do lance de Y e o valor do de Z era, nesta ordem, igual a $\frac{4}{5}$;
 - os valores dos lances de X e Z totalizavam R\$ 24,50.
- Considerando que a Pregoeira encaminhou ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, uma contraproposta de preço no valor de R\$ 9,50, então a diferença entre o valor do lance e o da contraposta é de
- (A) R\$ 0,98
(B) R\$ 0,94
(C) R\$ 0,82
(D) R\$ 0,74
(E) R\$ 0,72
17. Suponha que, no instante em que a água de um bebedouro ocupava os $\frac{5}{8}$ de sua capacidade, uma mesma garrafa foi usada sucessivamente para retirar toda a água do seu interior. Considerando que tal garrafa equivale a $\frac{3}{4}$ de litro e foram necessárias 45 retiradas de garrafas totalmente cheias d'água até que o bebedouro ficasse completamente vazio, a capacidade do bebedouro, em metros cúbicos, era
- (A) 0,054
(B) 0,06
(C) 0,54
(D) 0,6
(E) 5,4
18. Certo dia, Aléa e Aimar, funcionários de uma unidade do T.R.T. receberam 50 petições e 20 processos para analisar e, para tal, dividiram entre si todos esses documentos: as petições, em quantidades diretamente proporcionais às suas respectivas idades, e os processos, na razão inversa de seus respectivos tempos de serviço no Tribunal. Se Aléa tem 24 anos de idade e trabalha há 4 anos no Tribunal, enquanto que Aimar tem 36 anos de idade e lá trabalha há 12 anos, é correto afirmar que
- (A) Aléa deve analisar 10 petições e 20 processos.
(B) Aimar deve analisar 30 petições e 15 processos.
(C) Aléa deve analisar 5 documentos a mais do que Aimar.
(D) Aléa e Aimar devem analisar a mesma quantidade de documentos.
(E) Aimar deve analisar 20 petições e 5 processos.
19. Uma pessoa aplicou $\frac{2}{3}$ de C reais à taxa mensal de 1,5% e, após 3 meses da data desta aplicação, aplicou o restante à taxa mensal de 2%. Considerando que as duas aplicações foram feitas em um regime simples de capitalização e que, decorridos 18 meses da primeira, os montantes de ambas totalizavam R\$ 28 800,00, então o valor de C era
- (A) R\$ 24 000,00
(B) R\$ 24 200,00
(C) R\$ 24 500,00
(D) R\$ 22 800,00
(E) R\$ 22 500,00
20. Um funcionário de uma empresa foi incumbido de tirar uma única cópia de cada uma das 50 páginas de um texto. Ele cumpriu essa tarefa em duas etapas: primeiramente, usou uma impressora para tirar 15 cópias e depois, para tirar as cópias restantes, usou outra impressora cuja capacidade operacional era 40% maior que a da primeira. Se a primeira impressora gastou t minutos para tirar as 15 cópias, o tempo total gasto pelas duas impressoras para tirar as 50 cópias é equivalente a
- (A) $\frac{10t}{3}$
(B) $\frac{8t}{3}$
(C) $\frac{5t}{3}$
(D) 2t
(E) 8t

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Nos termos da Constituição Federal, serão equivalentes às emendas constitucionais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados,

- (A) pela Câmara dos Deputados, em único turno, por dois terços dos votos dos presentes à sessão.
- (B) pelo Congresso Nacional, em único turno, por maioria absoluta dos presentes à sessão.
- (C) pelo Senado Federal, em único turno, por três quartos dos votos dos respectivos membros.
- (D) pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
- (E) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

22. Dentre as proposições abaixo, relacionadas aos Direitos Sociais, é INCORRETO afirmar que

- (A) é garantido salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- (B) é proibida qualquer discriminação entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- (C) o 13º salário será calculado com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- (D) é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (E) as férias anuais serão remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

23. Considere as assertivas abaixo, relacionadas aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. Dentre outras, são gratuitas as ações de *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- III. Será, em qualquer hipótese, concedida a extradição de estrangeiro por crime político.
- IV. Admitir-se-á, nos termos da lei, juízo ou tribunal de exceção.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

24. Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, dentre outras matérias, sobre

- (A) informática.
- (B) educação.
- (C) cidadania.
- (D) serviço postal.
- (E) comércio interestadual.

25. Considere as assertivas abaixo, relativamente ao Poder Judiciário.

- I. O Presidente do Tribunal competente, que por ato comissivo ou omissivo, tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.
- II. É vedado ao magistrado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento por exoneração, salvo por motivo de aposentadoria.
- III. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- IV. Dentre outros, pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, o Advogado-Geral da União.
- V. Compete ao Supremo Tribunal Federal, além de outras, processar e julgar, originariamente os mandados de segurança e o *habeas data* contra ato de Ministro de Estado.

Estão corretas as que se encontram SOMENTE em

- (A) I, IV e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e V.

26. No âmbito do processo legislativo previsto na Constituição Federal

- (A) não serão objeto de lei delegada, dentre outras, a matéria reservada à lei complementar.
- (B) a Casa na qual tenha sido iniciada a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
- (C) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- (D) a emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República.
- (E) são de iniciativa privativa do Congresso Nacional, dentre outras, as leis que fixem o efetivo das Forças Armadas.



<p>27. Quanto ao tratamento reservado ao Ministério Público na Constituição Federal, assinale a assertiva INCORRETA.</p> <p>(A) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, oficiará junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>(B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(C) A vitaliciedade de membro do Ministério Público se dará após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(D) Dentre seus membros, o Conselho Nacional do Ministério Público contará com dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.</p> <p>(E) Dentre as atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público está a de rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.</p>	<p>30. Sobre as vantagens que podem ser pagas ao servidor, previstas na Lei nº 8.112/90, é correto que</p> <p>(A) as vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.</p> <p>(B) a ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 6 (seis) meses.</p> <p>(C) os adicionais, por serem devidos a todos os servidores, não são considerados vantagens.</p> <p>(D) as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, em quaisquer hipóteses e condições.</p> <p>(E) as indenizações incorporam-se ao vencimento ou provento para qualquer efeito.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>28. O princípio da autotutela significa que a Administração Pública</p> <p>(A) Indireta fica sujeita a controle dos órgãos de fiscalização do Ministério do Planejamento mesmo que tenham sido criadas por outro Ministério.</p> <p>(B) tem liberdade de atuação em matérias que lhes são atribuídas por lei.</p> <p>(C) exerce o controle sobre seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.</p> <p>(D) sujeita-se ao controle do Poder Judiciário, que pode anular ou revogar os atos administrativos que forem inconvenientes ou inoportunos.</p> <p>(E) Direta fiscaliza as atividades das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas.</p>	<p>31. Sobre as responsabilidades do servidor, previstas na Lei nº 8.112/90, considere:</p> <p>I. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.</p> <p>II. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores até o segundo grau e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.</p> <p>III. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada em qualquer caso de absolvição criminal.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II.</p>
<p>29. A anulação do ato administrativo</p> <p>(A) vale a partir da decisão anulatória, não retroagindo os seus efeitos.</p> <p>(B) é privativa da autoridade no exercício de função administrativa.</p> <p>(C) pode ser feita por conveniência e oportunidade.</p> <p>(D) pode se feita tanto pela Administração quanto pelo Poder Judiciário.</p> <p>(E) não pode ser feita pelo Poder Judiciário, mesmo que provocado pelo interessado.</p>	<p>32. Dentre os critérios a serem observados no processo administrativo, segundo a Lei nº 9.784/99, NÃO se inclui</p> <p>(A) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.</p> <p>(B) adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.</p> <p>(C) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.</p> <p>(D) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.</p> <p>(E) impulsão, de ofício, do processo administrativo, com prejuízo da atuação dos interessados.</p>



<p>33. Tomada de preços é modalidade de licitação</p> <p>(A) entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.</p> <p>(B) entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.</p> <p>(C) que não pode ser substituída por concorrência.</p> <p>(D) exigível para obras e serviços de engenharia até 2.000.000,00.</p> <p>(E) empregada apenas para obras e serviços de engenharia.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>36. Nas obrigações</p> <p>(A) de dar coisa certa, deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação e exigir do devedor o valor que perdeu em decorrência da deteriorização.</p> <p>(B) de não fazer, praticado pelo devedor o ato a cuja abstenção se obrigara, extingue-se a obrigação pela perda do objeto, não tendo o credor direito a indenização.</p> <p>(C) alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.</p> <p>(D) solidárias, não importa em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.</p> <p>(E) indivisíveis, se um dos credores remitir a dívida, a obrigação ficará extinta para com os outros.</p>
<p>34. O prazo de validade das propostas no pregão presencial, se outro não for fixado no edital, é de</p> <p>(A) 03 (três) meses.</p> <p>(B) 06 (seis) meses.</p> <p>(C) 30 (trinta) dias.</p> <p>(D) 60 (sessenta) dias.</p> <p>(E) 120 (cento e vinte) dias.</p>	<p>37. A respeito da mora, é certo que</p> <p>(A) se considera em mora o credor que não quiser receber o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.</p> <p>(B) o credor não poderá enjeitar a prestação mesmo se esta, devido à mora, para ele se tornar inútil.</p> <p>(C) o devedor incorre em mora, mesmo não havendo fato ou omissão que lhe seja imputável.</p> <p>(D) mesmo havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.</p> <p>(E) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir da citação ou interpelação.</p>
<p>35. É inexigível a licitação</p> <p>(A) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.</p> <p>(B) para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.</p> <p>(C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.</p> <p>(D) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.</p> <p>(E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.</p>	<p>38. A respeito das associações, é correto afirmar que</p> <p>(A) da decisão do órgão que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão de associado, não cabe recurso para a Assembleia Geral.</p> <p>(B) se constituem através da união de pessoas que se organizem para fins econômicos.</p> <p>(C) entre os associados não há direitos e obrigações recíprocos.</p> <p>(D) os estatutos não podem instituir categorias de associados com vantagens especiais.</p> <p>(E) a qualidade de associado é intransmissível, mesmo se o estatuto dispuser o contrário.</p> <p>39. A interrupção da prescrição</p> <p>(A) por um credor não solidário aproveita aos outros.</p> <p>(B) por um dos credores solidários não aproveita aos outros.</p> <p>(C) efetuada contra o devedor solidário não envolve os demais e seus herdeiros.</p> <p>(D) operada contra o codevedor não solidário, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.</p> <p>(E) produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.</p>



40. A respeito da responsabilidade civil, considere:

- I. Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, são responsáveis pela reparação civil pelos atos praticados por seus hóspedes, moradores e educandos.
- II. A responsabilidade civil é independente da criminal, motivo porque se pode questionar no juízo cível sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- III. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) II e III.

Direito Processual Civil

41. Analise as seguintes assertivas sobre a contestação no Procedimento Ordinário:

- I. Depois da contestação é lícito deduzir novas alegações relativas a direito superveniente, quando competir ao juiz conhecer delas de ofício ou, então, por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e juízo.
- II. Antes de discutir o mérito compete ao réu alegar na contestação, dentre outras matérias, a litispendência, quando se repete ação que está em curso, e a coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba mais recurso.
- III. A regra envolvendo o ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.
- IV. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados na contestação mesmo se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e III.

42. Segundo o Código de Processo Civil, o Juiz

- (A) será considerado impedido para exercer suas funções em processo de jurisdição contenciosa se alguma das partes for credor de seu cônjuge.
- (B) poderá de ofício determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- (C) titular que estiver convocado deverá julgar a lide se concluiu a audiência.
- (D) poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna da lei.
- (E) poderá decidir por equidade, mesmo nos casos não previstos em lei.

43. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime,

- (A) não sendo interpostos embargos infringentes, o prazo para interposição de recursos, relativamente à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.
- (B) interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou especial, relativamente ao julgamento não unânime, ficará sobrestado até o trânsito em julgado da decisão nos embargos.
- (C) interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, não ficará sobrestado e começa a correr a partir da data de intimação do acórdão, independentemente do julgamento dos embargos.
- (D) interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até o trânsito em julgado da decisão nos embargos.
- (E) não sendo interpostos embargos infringentes, o prazo para interposição de recursos, relativamente à parte unânime da decisão começa a correr a partir da data da intimação do acórdão.

44. Dentre as hipóteses elencadas NÃO é possível o ajuizamento de ação rescisória quando a sentença de mérito, transitada em julgado

- (A) fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.
- (B) houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença.
- (C) ofender a coisa julgada.
- (D) for proferida por juiz relativamente incompetente.
- (E) resultar de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.



45. Considere as seguintes assertivas sobre a Formação, Extinção e Suspensão do Processo:

- I. A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.
- II. Extingue-se o processo, com resolução de mérito, pela convenção de arbitragem.
- III. Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando as partes transigirem.
- IV. Realizada a citação e iniciado o prazo resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I.

Direito do Trabalho

46. Considere as seguintes assertivas a respeito do trabalho noturno:

- I. Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, é devido também o adicional quanto às horas prorrogadas.
- II. Para a Consolidação das Leis do Trabalho a jornada noturna urbana compreende o lapso temporal situado entre 21:00hs de um dia até às 5:00 horas do dia seguinte.
- III. Em regra, o adicional noturno deverá ser de no mínimo 25%, podendo ser estipulado valor superior através de Convenção Coletiva de Trabalho.
- IV. O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

47. Maria, empregada da empresa X possui acordo individual de compensação de horas, assinado por ela, pela empresa e por duas testemunhas idôneas, arquivado na sede da empresa empregadora na cidade de Campinas. Considerando que para a sua categoria existe norma coletiva em sentido contrário ao acordo firmado por Maria, em regra, este acordo

- (A) é inválido, uma vez que é vedado expressamente qualquer tipo de acordo individual para compensação de horas, devendo o mesmo ser efetuado obrigatoriamente por convenção coletiva de trabalho.
- (B) só seria válido se o mesmo fosse averbado no cartório competente para dar publicidade para terceiros.
- (C) só seria válido se o mesmo estivesse assinado por no mínimo três testemunhas idôneas.
- (D) é válido, havendo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho neste sentido.
- (E) é inválido, em razão da norma coletiva em sentido contrário existente.

48. No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas,

- (A) devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
- (B) devem ser remuneradas como extraordinárias, mas o respectivo adicional é computado legalmente na proporção de 15% em razão do regime de revezamento.
- (C) devem ser remuneradas como extraordinárias, mas o respectivo adicional é computado reduzido de 1/3.
- (D) não devem ser remuneradas como extraordinárias exatamente em razão do regime de revezamento.
- (E) devem ser remuneradas como extraordinárias, mas o respectivo adicional é computado pela metade.

49. Exceto na hipótese de falta grave comprovada, aos membros do Conselho Curador do FGTS, enquanto representantes dos trabalhadores,

- (A) efetivos, apenas, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até seis meses após o término do mandato de representação.
- (B) não há estabilidade de emprego assegurada pela legislação competente.
- (C) efetivos, apenas, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação.
- (D) efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação.
- (E) efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até seis meses após o término do mandato de representação.



50. Mario foi contratado para exercer as funções de balconista na loja das Margaridas. Após quatro anos da contratação foi dispensado sem justa causa. Mario ajuizou reclamação trabalhista requerendo indenização pelas últimas duas férias que não lhe foram concedidas no prazo legal. A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado

- (A) no último dia do período aquisitivo de cada férias vencidas.
- (B) no último dia do período legal de concessão de cada férias vencidas.
- (C) na época de sua contratação.
- (D) na época da extinção do contrato.
- (E) no primeiro dia do período legal de concessão de cada férias vencidas.

51. Amanda, Ana e Arlete trabalham em empresas diferentes. Além do salário, Amanda recebe assistência médica, prestada mediante seguro-saúde; Ana possui seguro de vida e de acidentes pessoais e Arlete possui previdência privada. Considerando que todas as utilidades são concedidas pelas empresas empregadoras sem ônus para as empregadas, não serão consideradas como salário

- (A) as utilidades fornecidas somente para Ana e Arlete.
- (B) nenhuma das utilidades fornecidas.
- (C) a utilidade fornecida somente para Amanda.
- (D) a utilidade fornecida somente para Ana.
- (E) as utilidades fornecidas somente para Amanda e Ana.

52. Considere as seguintes hipóteses:

- I. O período entre o afastamento e o retorno do trabalhador ao emprego em razão do cancelamento de aposentadoria por invalidez.
- II. O período em que o empregado ficou afastado do emprego em prisão aguardando julgamento da justiça comum em razão da prática de crime.
- III. A ausência do empregado no dia 1º de maio em razão do feriado do dia do trabalho.
- IV. O afastamento do empregado para participar de atividade do Conselho Curador do FGTS.

São hipóteses de suspensão do contrato de trabalho as indicadas SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.

53. Considere as seguintes assertivas a respeito das Convenções Coletivas de Trabalho:

- I. As Federações e na sua falta as Confederações poderão celebrar Convenções Coletivas de Trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, ainda que organizadas em sindicatos.
- II. As Convenções Coletivas de Trabalho podem ser consideradas negócios jurídicos de caráter normativo, possuindo efeitos *erga omnes*.
- III. Em Convenção Coletiva de Trabalho é facultativa a cláusula de penalidades para os sindicatos convenentes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.
- IV. Não será permitido estipular duração de Convenção Coletiva de Trabalho superior a dois anos.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

Direito Processual do Trabalho

54. Considere as seguintes assertivas:

- I. O advogado pode ser preposto e advogado ao mesmo tempo, não havendo impedimento legal neste sentido, mas para ser preposto em audiência deverá se empregado do representado.
- II. Nas ações de cumprimento os empregados poderão fazer-se representar pelo sindicato da categoria.
- III. É vedado ao empregador fazer-se representar em juízo por preposto em dissídio coletivo.
- IV. Em regra, o preposto em audiência deve ser necessariamente empregado do reclamado.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

55. Com relação as nulidades é INCORRETO afirmar:

- (A) Se a parte não arguir a nulidade relativa na primeira vez que tiver de falar nos autos ou na audiência esta não se convalida, podendo ser arguida em outra oportunidade.
- (B) Não haverá nulidade se o juiz decidir o mérito da questão em favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade.
- (C) As nulidades serão declaradas somente se do ato inquinado de nulo resultar manifesto prejuízo à parte.
- (D) A nulidade não poderá ser arguida por quem lhe tiver dado causa.
- (E) A nulidade somente atingirá os atos posteriores, dependentes ou consequentes do ato nulo.



56. Considere as seguintes assertivas a respeito das provas:
- I. A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deverá responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia.
 - II. Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.
 - III. Está impedido de depor a testemunha que for parente por afinidade em terceiro grau do reclamante.
 - IV. Em regra, o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregado.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e III.

57. Quando o dissídio coletivo não for suscitado em nome de determinada categoria profissional, a extensão da decisão sobre novas condições de trabalho para toda esta categoria necessita que

- (A) 2/3 dos empregadores e 3/4 dos empregados, ou os respectivos sindicatos, concordem com a extensão da decisão.
- (B) apenas 2/3 dos empregadores e dos empregados concordem com a extensão da decisão.
- (C) 3/4 dos empregadores e 3/4 dos empregados, ou os respectivos sindicatos, concordem com a extensão da decisão.
- (D) 2/3 dos empregadores e 2/3 dos empregados, ou os respectivos sindicatos, concordem com a extensão da decisão.
- (E) apenas o respectivo sindicato dos empregados, concorde com a extensão da decisão.

58. Marta ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora Solange. A reclamação trabalhista foi julgada procedente e Solange interpôs recurso ordinário em face dessa decisão. O advogado de Solange se descuidou e recolheu valor de custas inferior ao valor legalmente devido e, sendo assim, o M.M. Juiz prolator da decisão denegou seguimento ao recurso ordinário e considerou o mesmo deserto. Inconformada com tal decisão, tendo em vista a diferença ínfima de valores, Solange pretende interpor agravo de instrumento. A peça de interposição do recurso de agravo de instrumento deve ser dirigida ao

- (A) presidente do Tribunal Regional do Trabalho competente, bem como as respectivas razões do recurso.
- (B) presidente do Tribunal Regional do Trabalho competente e as razões do recurso ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) presidente do Tribunal Regional do Trabalho competente e as razões do recurso a uma das turmas do mesmo tribunal.
- (D) juiz prolator da decisão agravada e as razões do recurso ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) juiz prolator da decisão agravada e as razões do recurso ao Tribunal Regional do Trabalho competente.

59. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Embargos à Execução:

- I. Os Embargos à Execução poderão ser apresentados pelo executado no prazo de cinco dias, cabendo ao exequente contrariá-los também no prazo de cinco dias.
- II. Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o juiz designar audiência para oitiva das testemunhas, a qual deverá realizar-se dentro de quinze dias.
- III. Considera-se inexigível o título judicial fundado em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.
- IV. Julgar-se-ão em sentenças separadas os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhistas e previdenciários.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

60. Marta está sendo executada judicialmente em razão de reclamação trabalhista proposta por uma ex-empregada que foi julgada procedente. Marta foi procurada duas vezes no espaço de quarenta e oito horas, mas não foi encontrada. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, far-se-á a citação por

- (A) edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede do Juízo, durante quinze dias.
- (B) edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede do Juízo, durante cinco dias.
- (C) hora certa e se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca.
- (D) hora certa, e o oficial de justiça deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.
- (E) hora certa, e o oficial de justiça no dia e hora designados, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou residência do citando, a fim de realizar a diligência.

